

ENTREVISTA

DESAFIOS IMEDIATOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Tornar a escola mais atraente para jovens e garantir acesso à educação em todo o território brasileiro. Além disso, fortalecer a oferta e a importância de Educação Profissional, possibilitando que setor público e privado aliem esforços no desenvolvimento de uma formação capaz de unir interesses do mercado e da escola em prol do desenvolvimento econômico e social do país.

Grandes desafios apontados por Priscila Cruz, administradora e advogada, que atua em prol da “Educação para todos” no Brasil, em conversa com o educador Francisco Aparecido Cordão. Até porque, como ela enfatiza, “o ensino profissional é um caminho possível na trajetória de vida dos jovens que poderão, na sequência, ingressar no mercado de trabalho ou seguir para a universidade e continuar os estudos”. No entanto, antes, é preciso ajudá-los a superar o déficit da educação básica e tornar a escola mais atrativa e “mais conectada com a realidade do século 21 e com práticas do mercado de trabalho atual”.



Francisco Aparecido Cordão

Educador e especialista em Educação Profissional, com mais de quarenta anos de experiência na área. Já presidiu o Conselho Estadual de Educação de São Paulo e a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, onde está atualmente exercendo o quarto mandato como Conselheiro. É titular da Academia Paulista de Educação, consultor da Peabiru Educacional e dos Departamentos Nacionais do Senac, na área da Educação Profissional, e do Sesc, na Escola Sesc de Ensino Médio.

E-mail: facordao@uol.com.br



Priscila Cruz

Diretora-executiva do movimento Todos pela Educação (<http://www.todospelaeducacao.org.br>), do qual também é sócia-fundadora. Tem graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), além de especialização em liderança e negociação pela *Harvard Kennedy School of Government* e *Harvard Business School*. Coordenou o Ano Internacional do Voluntário no Brasil e o Instituto Faça Parte. Desde 2012, faz parte da Comissão Técnica da Fundação Lemann.

E-mail: priscila@todospelaeducacao.org.br

(crédito da foto: Alexandre Ondir)

Francisco Aparecido Cordão – *Qual o papel que você vislumbra para a Educação Profissional em termos de contribuição para o desenvolvimento do país?*

Priscila Cruz – O ensino profissional é um caminho possível na trajetória de vida dos jovens que poderão, na sequência, ingressar no mercado de trabalho ou seguir para a universidade e continuar os estudos em nível superior. Do ponto de vista do desenvolvimento do país, os cursos técnicos têm grande valor, pois formam e qualificam o exercício do trabalho técnico em diversos setores econômicos – nos hospitais, por exemplo, os técnicos de enfermagem são essenciais, assim como são fundamentais as profissões técnicas na indústria, em áreas como as de produção, manutenção, eletroeletrônica etc.

Infelizmente, o Brasil ainda não valoriza o profissional de nível técnico como deveria, pois nossa sociedade enfatiza muito a necessidade de títulos e diplomas. Por outro lado, a educação técnica nem sempre se espelha nas necessidades dos setores econômicos, e isso cria um descompasso entre a formação e a passagem para o mundo do trabalho. É preciso também valorizar mais a Educação Técnica e Profissional, uma vez que ela é indispensável tanto para a população, que passa a ter uma formação que possibilite competir no mercado de trabalho, em especial para os jovens, que podem ganhar mais clareza em seu projeto de vida ao conhecerem melhor o mundo profissional, como para os empregadores dos setores privado e público, que podem conseguir melhor produtividade. Essa melhoria na produtividade é benéfica para o país, pois, além de se beneficiar da maior oferta de profissionais para áreas estratégicas, como saúde e infraestrutura, ainda consegue promover um desenvolvimento social e econômico mais sustentável.

Francisco Aparecido Cordão – *Em sua opinião, o Plano Nacional de Educação (PNE) abrange de forma significativa o ensino técnico profissional?*

Priscila Cruz – A versão do texto do PNE aprovado pela Câmara, em sua Meta 11, aborda o ensino técnico profissional de nível médio, com 14 estratégias, no sentido de ampliar sua oferta. A Meta 10 também aborda a Educação Profissional no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No caso deste último, a meta prevê ampliar para 25% das matrículas da EJA na modalidade integrada com o ensino profissional. Julgo que seja um passo importante, já que os adultos têm necessidade não apenas da Educação Básica, à qual não tiveram acesso ou oportunidade de concluir na chamada “idade própria”, mas também de formação que os auxilie na entrada, permanência e competitividade no mercado de trabalho.

Em sua passagem pelo Senado, a Meta de Ensino Profissional de Nível Médio do PNE passou por importante mudança com relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, uma vez que o Senado tirou a determinação de que a ampliação das vagas aconteça na rede pública, permanecendo apenas como expansão de vagas gratuitas nas redes pública ou privada.

Certamente, a participação do setor privado na educação profissional é extremamente importante, visto que ele é, hoje, o responsável pela maioria das matrículas nessa modalidade de ensino. No entanto, o poder público é quem detém maior potencial de expandir vagas nas áreas mais vulneráveis do país, que são também aquelas em que há maior deficiência de oferta de ensino técnico. Nesse sentido, é importante equilibrar a responsabilidade de ambas as partes.

Francisco Aparecido Cordão – *Como está o país hoje em termos de matrícula em cursos técnicos profissionais por regiões?*

Priscila Cruz – A região Sudeste tem de longe o maior número de matrículas nessa modalidade educacional: 708 mil. Isso se dá em parte porque é a região mais industrializada e mais populosa do país. Em seguida, vem a região Nordeste, que foi extremamente beneficiada com o Pronatec [Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego], passando de 101 mil, em 2008, para 271 mil matrículas, em 2012. O Sul conta com cerca de 230 mil estudantes no ensino técnico profissional, enquanto nas Regiões Norte e Centro-Oeste, esses números caem para 77 e 71 mil matrículas, respectivamente.

Mesmo entre os estados da mesma região, verifica-se ainda grande desigualdade na oferta. No Nordeste, por exemplo, ao passo que o Ceará apresenta mais de 50 mil alunos matriculados no ensino profissional, o Maranhão conta com apenas 17 mil.

Francisco Aparecido Cordão – *O Ministério da Educação (MEC) criou recentemente um grupo de trabalho para estudar a evasão em cursos da educação técnica e profissional. O que desmotiva os jovens para a conclusão desses estudos técnicos, além do próprio modelo do Ensino Médio?*

Priscila Cruz – A evasão nesses cursos tem se mostrado bastante alta – apenas nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, no chamado “Sistema S”, que detém cerca de 40% das matrículas do Pronatec, cerca de 10% dos alunos tem abandonado o programa.

Mais de 15% dos jovens de 17 a 22 anos não estudam nem trabalham, segundo o Insper [Instituto de Ensino e Pesquisa], e a maioria deles não concluiu a Educação Básica. A desmotivação é a maior razão de evasão daqueles que abandonam o Ensino Médio – etapa em que 30% dos alunos estão com dois ou mais anos de atraso escolar. A escola é desinteressante para o jovem e, nesse sentido, os cursos técnicos acabam também ficando menos atrativos. É preciso, portanto, tornar essa educação técnica mais atrativa, mais conectada com a realidade do século 21 e com práticas do mercado de trabalho atual.

Um estudo da McKinsey&Company, divulgado em meados de 2013 aqui no Brasil, mostrou que há uma distância muito grande entre as instituições de ensino profissional e os empregadores, ou seja, esses atores não se comunicam, e o aluno acaba sentindo essa falta de conexão entre o que lhe é apresentado na escola e o que ele verifica no trabalho.

Além disso, é fundamental, para melhorar os indicadores de permanência dos alunos no ensino profissional, garantir a aprendizagem desses jovens nas disciplinas mais elementares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio regular, que são a base para a aprendizagem de todas as demais disciplinas, inclusive as profissionalizantes, pois essa defasagem certamente é um obstáculo no desenvolvimento desses jovens.

O desempenho geral dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, que são as matérias que contam com avaliação nacional, deixam bastante a desejar. Matemática ainda é um “bicho-papão” para muitos alunos da Educação Básica. Segundo dados do Todos Pela Educação, a partir dos resultados de

desempenho dos alunos aferidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ao fim do Ensino Médio, quando os jovens estão prestes a entrar no mundo do trabalho, na universidade ou no ensino técnico, apenas 10% deles estão plenamente preparados em Matemática. Em Língua Portuguesa, esse percentual é de 29%.

Francisco Aparecido Cordão – *O Pronatec tem sido importante impulsionador do ensino profissional. Você acha que esse esforço será suficiente para cumprir as metas do PNE?*

Priscila Cruz – De fato, as matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio tiveram grande impulso com a criação do Pronatec e também com iniciativas estaduais para promover o ensino profissional. A diversificação da oferta, podendo ser nos formatos integrado, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, tem se mostrado também um esforço bastante positivo no sentido de ampliar as matrículas dos jovens na educação técnica e demais programas de qualificação profissional. Em 2012, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio era equivalente a 16% do Ensino Médio, aumento significativo com relação a 2008, quando essa representatividade era de 11%. É importante lembrar que em países mais desenvolvidos esse percentual é bem mais elevado. Na União Europeia, por exemplo, o percentual de matrículas em cursos profissionais chega perto dos 50% dos alunos da etapa equivalente ao Ensino Médio, sendo que países como Suécia e Finlândia estão acima dessa média.

O Pronatec tem um forte potencial para ampliar a cobertura da Educação Profissional com redução das desigualdades regionais, mas para isso seria preciso um planejamento que levasse em conta as necessidades das regiões mais vulneráveis e também as expectativas e diferentes realidades do mercado de trabalho em cada região, além da garantia de um ensino de qualidade tanto nas disciplinas técnicas como regulares, no caso dos modelos integrados e concomitantes, e que tenham mais atratividade para que os alunos concluam essa etapa. ■



